

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
ATO DO CORREGEDOR GERAL
PORTARIA CGE/CORREG Nº 513 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022
INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.
O CORREGEDOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 12 da Lei nº 7.989, de 14 de junho de 2018, regulamentado pelo Decreto nº 48.160, de 25 de julho de 2022, e a delegação de competência atribuída pela Resolução CGE nº 147, de 09 de junho de 2022, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº SEI-E-03/11003185/2011.
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possível infração disciplinar de acumulação remunerada de cargos públicos, informada no processo supracitado, em descumprimento ao Decreto-Lei nº 220 de 1975, que instituiu o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (regulamentado pelo Decreto nº 2.479 de 1979, alterado pela Lei Complementar nº 85 de 1996), e demais normas legais.
Art. 2º - Designar a 1ª Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para conduzir tecnicamente os trabalhos e proceder ao exame dos atos e fatos que possam emergir da apuração, comunicando-os à autoridade competente, para providências de sua alçada.
Art. 3º - Estabelecer o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022
JOSE MUCIO GUSMÃO PORTO Corregedor-Geral do Estado
Id: 2432415
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
ATO DO CORREGEDOR GERAL
PORTARIA CGE/CORREG Nº 514 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022
INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.
O CORREGEDOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 12 da Lei nº 7.989, de 14 de junho de 2018, regulamentado pelo Decreto nº 48.160, de 25 de julho de 2022, e a delegação de competência atribuída pela Resolução CGE nº 147, de 09 de junho de 2022, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº SEI-030037/002011/2021.
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apuração de irregularidade, descritas no processo supracitado, por descumprimento ao Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975, que instituiu o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (regulamentado pelo Decreto n.º 2.479, de 08 de março de 1979, alterado pela Lei Complementar n.º 85/96) e demais normativos aplicáveis.
Art. 2º - Designar a 1ª Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para conduzir tecnicamente os trabalhos e proceder ao exame dos atos e fatos que possam emergir da apuração, comunicando-os à autoridade julgadora, para providências de sua alçada.
Art. 3º - Estabelecer o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.
Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022
JOSE MUCIO GUSMÃO PORTO Corregedor-Geral do Estado
Id: 2432457

## Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 17/10/2022
PROCESSO Nº SEI-210071/000771/2022 - Revalidação de Placa Particular - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. <b>AUTO-RIZO</b> , nos termos do Decreto nº 47.805, de 20.10.2021.
Id: 2432280

## Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA EXECUTIVA
ATO DA DIRETORIA
DELIBERAÇÃO PROCON/RJ/ DIREX Nº 09 DE 14 DE OUTUBRO 2022
PRORROGA O PRAZO PARA REGISTRO DA CANDIDATURA, TITULAR E SUPLENTE, PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROCON-RJ, E CANDIDATURA INDIVIDUAL PARA O CONSELHO GESTOR DO FEPROCON, E DESIGNA OS INTEGRANTES DA COMISSÃO ELEITORAL.

A DIRETORIA EXECUTIVA DA AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROCON-RJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-240002/001939/2022,

#### CONSIDERANDO:

- o término do prazo para candidatura à vaga dos servidores efetivos da Autarquia Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-RJ no Conselho de Administração do Procon-RJ e no Conselho Gestor do Fundo Especial para Programas de Proteção e Defesa do Consumidor - Feprocon;

- a indicação, pela entidade representativa dos servidores do Procon-RJ, de servidor para compor a Comissão Eleitoral;

- a necessidade de extensão do prazo para organização do processo eleitoral;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para registro da candidatura, titular e suplente, para o Conselho de Administração do Procon-RJ, e candidatura individual para o Conselho Gestor do Feprocon, até o dia 21 de outubro de 2022.

Art. 2º - A eleição do representante dos servidores no Conselho de Administração do Procon-RJ e no Conselho Gestor do Feprocon será realizada na data de 10 de novembro de 2022, no horário das 10 às 14 horas.

Art. 3º - Designar, como integrantes da Comissão Eleitoral, os seguintes servidores:  
- Pedro Paulo Soares de Souza - Id nº 4338208-8 - (Presidente da Comissão Eleitoral)  
- Vivian Peixoto Calli - Id nº 5022820-8  
- Priscila Ferreira Gomes - Id nº 5024222-9

Art. 4º- Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022
CÁSSIO DA CONCEIÇÃO COELHO Diretor-Presidente
ELISA CLEMENTINO DE FREITAS Diretora de Fiscalização
EVELYN CHRISTIAN CAPUCHO GONÇALVES Diretora de Atendimento
ELAINE RIBEIRO Diretora de Administração e Finanças
CLÁUDIO ANDRADE Diretora de Ação Regional
SILVIO ROMERO DIAS DA FONSECA Diretor Jurídico
LEONARDO GOMES Diretor de Estudos e Pesquisas
Id: 2432254

## Secretaria de Estado de Transformação Digital

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO DIRETOR DE 18/04/1994
*PROCESSO Nº SEI-E-04/52798/1994 - SERGIO PEIXOTO DE ARAUJO, Técnico de Suporte, ID 28237196 - <b>ANOTE-SE</b> , para fins de aposentadoria, com base no art. 9º, parágrafo único, da Lei nº. 530/82, o tempo de serviço em atividade vinculada ao Regime da Previdência Social, no período 01/09/76 a 28/04/78, e de 04/05/78 a 11/12/78, totalizando 821 dias de efetivo exercício. *Republikado por incorreção no original publicado no D.O de 22/07/2022.
Id: 2432322

## Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ATO DO PROCURADOR-GERAL
RESOLUÇÃO PGE Nº 4898 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022
ALTERA A RESOLUÇÃO PGE Nº 4660, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos incisos II e IV do art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, Processo nº SEI-140001/089037/2020

#### RESOLVE:

Art. 1º - Altera o Anexo Único, que passa a vigorar na forma a seguir.

ANEXO ÚNICO
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL - CECREI
1. Ana Alice de Oliveira (Presidente da Comissão) 2. Augusto Henrique Pereira de Sousa Werneck Martins (substituto da Presidente) 3. Lucia Léa Guimarães Tavares 4. Marcus Vinícius Cardoso Barbosa 5. Leonardo Arthur Guimarães 6. Edno de Paula Santos 7. Suzana Magalhães Campos 8. Frei David Raimundo Santos 9. Luanda Silva de Moraes 10. André Luiz Porfiro 11. Amanda Carolino Santos (Coordenadora) 12. Isaura Silva de Santana Diniz Sousa 13. George Leandro Figueiró Santos 14. Karen Neves de Souza 15. Heloá Paula da Silva Mendes Gomes

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2022
BRUNO DUBEUX Procurador-Geral do Estado
Id: 2432454
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ATO DO PROCURADOR-GERAL
RESOLUÇÃO PGE Nº 4899 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022.
DELEGA COMPETÊNCIA NA FORMA QUE MENCIONA.
O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da faculdade que lhe confere o inciso XLVII do art. 6º, da Lei Complementar no 15, de 25 de novembro de 1980, e tendo em vista o disposto no §1º do art. 82, c/c o art. 289 e seu parágrafo único da Lei no 287, de 04 de dezembro de 1979. Processo nº SEI-140001/006098/2020.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada a competência aos Procuradores do Estado Claudio Roberto Pieruccetti Marques, Id. Funcional nº 41955056 e Rodrigo Crelier Zambao Da Silva, Id. Funcional nº 42665957, para a prática individual dos atos exemplificados a seguir, no período compreendido entre 17/10/2022 a 25/11/2022:

#### I - autorizar:

1 - o cancelamento e parcelamento de créditos tributários inscritos em dívida ativa ajuizados, e o de créditos não-tributários, decorrentes de decisão judicial ou objeto de ação em curso ou a ser proposta;

2 - o ajuizamento de ações e a promoção de notificações judiciais ou extrajudiciais;

3 - a emissão e a execução de programação de desembolso;

4 - o não prosseguimento de execuções de créditos não-tributários, mormente de resultado infrutífero;

5 - a não propositura ou a desistência de medida judicial, especialmente quando o valor do benefício pretendido não justifique a ação ou, quando do exame da prova, se evidenciar improbabilidade de resultado favorável;

6 - a dispensa de contestação, impugnação e a interposição de recursos judiciais e administrativos cabíveis, ou a desistência dos interpostos, especialmente quando não indicada a medida em face da jurisprudência;

7 - a não execução de julgados quando a iniciativa for infrutífera, notadamente pela inexistência de bens do executado;

8 - a abertura de licitações, aprová-las, homologá-las, adjudicar seu objeto à empresa ou empresas vencedoras, anulá-las ou declará-las nulas;

9 - as despesas, assinaturas de cheques, emissão e cancelamento de notas de empenho, nos casos permitidos em lei ou regulamento, reconhecimento de dívidas, movimentação de recursos financeiros e pagamentos de despesas orçamentárias.

II - receber as citações iniciais ou comunicações referentes a quaisquer ações ou processos ajuizados contra o Estado, ou nos quais deva intervir a Procuradoria-Geral do Estado;

III - apor vistos ou aprovar pareceres;

IV - dispensar a licitação ou declarar a sua inexigibilidade, nos casos em que as leis ou os regulamentos assim autorizarem;

V - homologar, aprovar os laudos periciais, minutas e contratos, autorizá-los, assiná-los e rescindi-los nos casos permitidos em lei;

VI - determinar investigações preliminares, sindicância e instauração de processo administrativo-disciplinar, oferta e assinatura de termos de ajustamento de conduta, bem como aplicar penas disciplinares aos Procuradores do Estado, na forma da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980;

VII - encaminhar ao Governador, para deliberação, os expedientes de cumprimento ou de extensão de decisão judicial;

VIII - promover a representação de inconstitucionalidade de leis ou de atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual e oficial nas demais representações em que não seja autor;

IX - formalizar a posse e a investidura de Procuradores do Estado, de Assistentes Jurídicos e demais servidores nomeados para cargos em comissão da Procuradoria-Geral do Estado;

X - formalizar a posse e a investidura de cargos efetivos das carreiras do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado;

XI - proceder ao apostilamento de títulos dos Procuradores do Estado, dos Assistentes Jurídicos e dos funcionários do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado;

XII - conferir direitos e vantagens asseguradas por Lei, fixar e retificar proventos, conceder férias, licença para estudos, licença-prêmio, licença à gestante e licença aleitamento, incorporação e revisão de incorporação, adicional por tempo de serviço e abono de permanência aos Procuradores do Estado, aos Assistentes Jurídicos e aos servidores efetivos ou não do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado;

XIII - conceder aos Procuradores do Estado:

1 - gratificação por acréscimo de atribuições;

2 - benefício de permanência em atividade;

3 - indenização de férias de que trata o § 2º do art. 66 da Lei Complementar nº 15, de 25.11.1980; e

4 - licença especial e/ou de quaisquer natureza.

XIV - promover a averbação de tempo de serviço, reconhecer a ocorrência de isenção de imposto de renda de acordo com as hipóteses legalmente previstas, conceder auxílio doença aos Procuradores do Estado, Assistentes Jurídicos e servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da PGE;

XV - autorizar o encerramento de folha;

XVI - autorizar a implantação do pagamento referente à ajuda de custo para transporte e mudança;

XVII - autorizar a inclusão e/ou a exclusão de servidor em folha de gratificação de encargos especiais, auxílio-refeição e vale-transporte;

XVIII - proceder à autenticação de exemplares decorrentes de processos de reprodução mecanizada, nos termos do art. 141 da Lei Complementar nº 15/80;

XIX - autorizar a concessão de adiantamentos e aprovar as respectivas prestações de contas na forma e nos limites da legislação em vigor;

XX - prover os cargos iniciais da carreira, promover, exonerar, aposentar, bem como praticar todo e qualquer ato que importe em provimento ou vacância dos cargos da carreira de Procurador do Estado, dos cargos em comissão e do quadro de apoio da estrutura da Procuradoria-Geral do Estado, bem como quaisquer nomeações e exonerações conforme o disposto no artigo 5º do Decreto 46.552 de 01 de janeiro de 2019;

XXI - propor demissão ou cassação de aposentadoria de Procurador do Estado e do quadro de apoio da estrutura da Procuradoria-Geral do Estado;

XXII - expedir atos de lotação, remoção e designação dos Procuradores do Estado, dos cargos em comissão e do quadro de apoio da estrutura da Procuradoria Geral do Estado;

XXIII - indicar Procuradores do Estado a serem nomeados para os cargos de Chefia das Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado